



ATUALIDADES

ENTREVISTA REALIZADA PELO PROF. DR. FELIPE DE HOLANDA¹ COM OS PROFESSORES DOUTORES LEONARDO GUIMARÃES NETO² E SEBASTIÃO JORGE JATOBÁ³ SOBRE DESESTRUTURAÇÃO DOS MERCADOS DE TRABALHO NORDESTINO E MARANHENSE

Felipe de Holanda - O Senhor (Leonardo Guimarães) escreveu um artigo, em 2012, publicado na Revista do BNDES, no qual apontava um processo de estruturação no mercado de trabalho nordestino, na primeira década do século, com crescimento do emprego formal e dos rendimentos significativamente acima do nível nacional. A partir de 2012, mas principalmente a partir de 2015, podemos observar em todas regiões brasileiras a redução do peso do emprego formal. Mas, na região Nordeste, em contraste com as demais regiões, observa-se também uma forte redução no contingente de ocupados. O que está acontecendo no Nordeste?

Leonardo Guimarães Neto e Sebastião Jorge Jatobá - Para melhor compreensão do que ocorreu no Nordeste nos últimos vinte anos é relevante ressaltar que, neste período, a trajetória da região compreendeu uma fase de crescimento significativo que foi seguida de uma fase de desaceleração e crise na segunda década. No início, impulsionada pela demanda externa e alta dos preços das exportações nacionais, o país e a região aproveitaram as condições favoráveis do comércio internacional adotando uma política de crescimento, a partir do financiamento dos bancos públicos, e dos investimentos públicos notadamente das empresas estatais, beneficiando sobretudo o Nordeste e, particularmente, o Estado de Pernambuco.

O Nordeste sofreu junto com o país os efeitos da recessão. Isso significou menos transferências obrigatórias (FPE, FPM) e voluntárias e menos investimentos tanto de origem federal quanto dos próprios estados que enfrentaram e ainda enfrentam fortes restrições fiscais. Além disso, houve desmobilização massiva de mão de obra, especialmente em Pernambuco, decorrente da fase final de implantação de unidades produtivas e de infraestrutura. Essa desmobilização era previsível, mas coincidiu com o início do período de desaceleração e de recessão da economia como um todo. Adicionaram-se a essas circunstâncias os efeitos das ações de combate à corrupção que causaram impacto negativo em Suape. Investimentos de estatais como a Petrobras foram interrompidos como no caso da Refinaria Abreu e Lima ou cancelados nos estágios mais embrionários como em Pecém e São Luís. Para análise desses impactos, ver o ensaio “Apoio à indústria de base na Região Nordeste” (de autoria de Rodrigo Matos Huet de Bacellar e Eduardo Christensen Nali, publicado pelo BNDES “Um Olhar Territorial para o Desenvolvimento

¹ Economista pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo; Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão; Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão; Pesquisador do GAEPP.

² Economista e Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas; Ex-professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Estadual de Campinas.

³ Economista pela Universidade Federal de Pernambuco; Doutor em Economia pela Universidade de Vanderbilt dos Estados Unidos; Pós-Doutor em Economia do Trabalho e Relações Industriais pela Universidade de Wiconsin – Madison; Professor Titular Aposentado do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco.



do Nordeste”, (Rio, 2014) Tudo isso impactou no emprego formal e, por efeito multiplicador de renda, afetou a demanda por serviços informais, comprometendo também a ocupação no segmento.

Na fase mais dinâmica (2000-2010), na região, o emprego formal cresceu a uma taxa média anual de 4,8% e o informal a 2,4%. Neste período, o emprego formal passou de uma participação no total do emprego de 32,5%, em 2000, para 40,6%, em 2010. Examinar, no livro anteriormente citado, publicado pelo BNDES, o ensaio “Mercado de Trabalho no Nordeste: 2000-2010 Avanços e Desafios”. São os avanços ocorridos, no período, com relação ao mercado no que se refere à redução da participação da informalidade, que chama a atenção. Não obstante este avanço importante, alguns desafios foram apresentados no texto referido: (i) não obstante o avanço ocorrido na formalização das relações de trabalho, as relações informais representam ainda, no total das relações de trabalho cerca de 60%b (59,4%, precisamente), um desafio significativo do mercado de trabalho na região e no Brasil; (ii) chama, também a atenção, no contexto de consolidação de uma onda de inovação e de mudanças radicais dos atuais processos de produção, presentes em muitas partes do mundo, que exigem capacitação da mão de obra na nova indústria (denominada de indústria 4.0), o fato de em 2010, no Nordeste, cerca de 48%, das pessoas ocupadas, quase metade, não tinham instrução fundamental completo; além disso, 14,3% do total da população ocupada não sabiam ler ou escrever.

O desafio relativo ao nível de remuneração mostra que, no Nordeste, não obstante o fato de que a massa salarial, entre 2000-2010 ter crescido a uma taxa de 5% ao ano, o nível de rendimento das pessoas ocupadas na região é, ainda, bem menor do que o do país. De fato, até um salário mínimo, metade da população ocupada no Nordeste recebia esta remuneração. No Brasil como um todo, incluído obviamente o Nordeste, essa participação era, aproximadamente, um terço (32,7%). Considerando-se o contingente dos que trabalhavam, mas não recebiam remuneração, o percentual na região era de 13,6% e no Brasil era 6,18%

Outro desafio assinalado, no texto citado, é o referente ao trabalho, no Brasil e no Nordeste, de crianças e jovens. Não obstante ter reduzido o seu contingente, no Nordeste e no Brasil os números ainda são significativos em 2010: 398.9 mil e 1.352,1 mil, respectivamente, entre 10 a 14 anos e entre 14 a 19 anos. Cabe mencionar, igualmente, os desafios referentes à sazonalidade do emprego e à rotatividade e seus impactos negativos sobre o rendimento e a qualificação. Vale mencionar neste particular, os desafios que estão presentes no processo atual de inserção da mulher no mercado de trabalho, processos dos quais resultam, relativamente à inserção do homem, em menor remuneração e maior taxa de desemprego para as mulheres.

Ficam evidentes que os as causas dos avanços ocorridos, notadamente no Nordeste, decorrem mais das condições econômicas que possibilitaram um maior dinamismo do mercado de trabalho do que de políticas específicas que fossem capazes de garantir condições de trabalho melhores para a força de trabalho, num contexto de dinamismo: formalização das relações de trabalho, estabilidade do emprego, acesso do trabalhador à informação e à educação. E, ademais, políticas voltadas para o crescimento econômico, entre as quais o aumento da produtividade do trabalho e uma política consistente de inovação, podem constituir elementos fundamentais da competitividade econômica, abrindo espaços para o prosseguimento do desenvolvimento com base nos estímulos externos, como os que estavam presentes nos anos 2000-2010.

Felipe de Holanda - Uma das inovações trazidas pela PNADc é o monitoramento da subutilização da força de trabalho, que soma os desocupados aos subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e aos



integrantes da chamada força de trabalho potencial. Os dados da PNADc do 1º trimestre de 2019 apontam que estão no Nordeste 37,4% (10,6 milhões), dentre os 28,3 milhões de trabalhadores subutilizados do Brasil, e 60,4% (2,9 milhões) dos 4,8 milhões de trabalhadores em situação de desalento no país. Por que a taxa de subutilização e também a taxa de desalento são tão maiores no Nordeste? Em sua avaliação, as mudanças recentes nas relações de trabalho influenciam estes resultados?

Leonardo Guimarães Neto e Sebastião Jorge Jatobá - A economia brasileira, a partir de 2015, enfrentou uma de suas maiores crises, apresentando forte retração da atividade econômica com importantes desdobramentos sobre o mercado de trabalho. Essa mudança da dinâmica econômica é observada tanto regionalmente, quanto nos estados e municípios.

A população em idade ativa (PIA), o que para a PNAD Contínua representa as pessoas de 14 anos ou mais de idadeⁱ, amplia-se no período de 2014 a 2017a uma taxa de 3,9% a.a. no Brasil, 4,2% a.a. no Nordeste e 4,4% a.a., em Pernambuco crescimento este, superior ao do período 2002-2014.

A população economicamente ativa, também apresenta crescimento no período da crise. Todavia, a intensidade dessa expansão é diferente, sendo maior no Brasil e em Pernambuco comparativamente ao Nordeste. Em meio à crise vivenciada pelo país, observou-se na região Nordeste um maior crescimento da subocupação e da inatividade em comparação com a realidade nacional onde as pessoas buscaram alguma forma de reinserção no mercado de trabalho.

A atual fragilidade da economia regional oferece poucas oportunidades de trabalho de qualidade em termos de jornada e de proteção social. Essa inserção torna-se mais difícil pelo baixo perfil educacional da força de trabalho nordestina, onde são significativos os analfabetos e os que detêm cursos fundamental e médio incompletos.

Felipe de Holanda - Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, relativos ao primeiro trimestre de 2019, divulgados pelo IBGE, quando comparados ao primeiro trimestre de 2015, mostram também que houve uma violenta redução no estoque de contas próprias e trabalhadores familiares auxiliares no Nordeste, principalmente no caso dos ocupados na Agropecuária. Somente nos Estados do Maranhão e Bahia, houve a redução de mais de 700 mil ocupados no período, pouco mais de 70% do contingente total na região. A violenta seca que assolou a região em 2015-2016 e o avanço não integrado do Agronegócio podem explicar parte destes efeitos? Há questões metodológicas envolvidas?

Leonardo Guimarães Neto e Sebastião Jorge Jatobá - Não cremos que a seca explique isso. Os anos de 2018 e 2019 não foram de seca e o efeito teria sido de reduzir a base, exacerbando qualquer variação positiva. A nossa hipótese é que está havendo, também no Nordeste, um substantivo avanço da produtividade do trabalho, especialmente do agronegócio no Maranhão (em fronteira com o Piauí e deste com o Tocantins) e no leste baiano.



Felipe de Holanda - No caso das ocupações com carteira assinada, nos estados de Pernambuco, Alagoas e Paraíba registraram-se reduções superiores a 15% no contingente existente no início do período recessivo. O que explica uma queda tão profunda do emprego formal nestes estados?

Leonardo Guimarães Neto e Sebastião Jorge Jatobá - No caso de Pernambuco, pelas razões já expostas na pergunta 1: os efeitos da recessão, a desmobilização massiva de força de trabalho ao final do ciclo de investimentos que se estendeu de 2007 a 2014 e os efeitos das operações de combate à corrupção que impactaram as indústrias de petróleo e gás e naval em Suape. Havia muitos trabalhadores alagoanos e paraibanos nos canteiros de obra de Suape. O comércio varejista queimou também muitos postos de trabalhos nos três estados

Felipe de Holanda - No que tange à dinâmica dos rendimentos, observamos que houve entre o 1º trimestre de 2015 e o de 2019 uma queda de 4,23% na massa de rendimentos no Nordeste, realizado o ajuste pela inflação, ao contrário da média nacional, em que a mesma registrou uma pequena elevação, de 0,54%. Não obstante isto, registrou-se no Nordeste no período uma elevação no rendimento médio de 2,2%, enquanto que no nível nacional registrou-se estagnação. Seriam estes resultados consistentes com as previsões da teoria econômica?

Leonardo Guimarães Neto e Sebastião Jorge Jatobá - A queda da inflação melhorou o rendimento real. O rendimento real aumentou também no Nordeste porque os salários mais altos, em geral associados ao setor público, foram preservados pela estabilidade. Quem perdeu mais empregos foram os assalariados nas faixas médias e baixa de rendimentos. Isso elevou a média.

Felipe de Holanda - O emprego público estatutário (civis e militares) desempenhou no último quadriênio um papel contra cíclico, tanto no Nordeste, como no nível nacional. No entanto, quando se considera o emprego público não estatutário, vê-se que no Nordeste houve um forte aumento no contingente de empregados sem carteira assinada, em paralelo a uma violenta queda no contingente de empregados com carteira assinada, reduzindo o impacto do aumento do emprego estatutário na região, inclusive no que diz respeito à dinâmica dos rendimentos. O que nos dizem estes dados?

Leonardo Guimarães Neto e Sebastião Jorge Jatobá - O peso do estado na economia e na geração de emprego é grande na região. (Em Pernambuco, a massa salarial formal dos três níveis de governo mais estatais representa quase 45% do total). Na crise preservam-se os funcionários públicos com estabilidade, mas os terceirizados precarizam seus trabalhos sobremodo pelo assalariamento sem carteira ou são demitidos. Observou-se também muitas demissões e precarização da força de trabalho entre os fornecedores de bens e serviços para os governos. Esses fornecedores não estão sendo pagos pelos governos. A queda do nível de ocupação dos empregados com carteira, obviamente, se deveu ao forte impacto da crise em conjunto com os outros fatores elencados na pergunta anteriormente.



Felipe de Holanda - Tendo em vista o observado nos primeiros seis meses de Governo, quais são em sua avaliação as perspectivas colocadas pelo Governo Bolsonaro para a situação ocupacional no Brasil e no Nordeste? Podemos dizer que existe uma agenda nordestina para a questão do emprego e ocupação?

Leonardo Guimarães Neto e Sebastião Jorge Jatobá - O governo Bolsonaro ainda não tem um plano econômico para o país e para a região. Afirma-se que se aguarda a aprovação da Reforma da Previdência para depois serem anunciadas medidas de política econômica pelo Ministério da Economia. Quanto ao Nordeste, está em elaboração, por determinação do TCU, um Plano de Desenvolvimento para a Região do qual a Seplan participa. Tal plano deverá contemplar várias ações na área de emprego e renda.
